

Os currículos da formação inicial de professores de matemática frente às relações étnico-raciais: um olhar para o Centro-Oeste brasileiro

The curricula of the pre-service training of mathematics teachers in the face of ethnic-racial relations: a look at the Brazilian Midwest

Washington Santos dos Reis¹ • Cleber Dias da Costa Neto²

Resumo: A pesquisa apresentada visou investigar a implementação da temática étnico-racial nos projetos pedagógicos de cursos presenciais de Licenciatura em Matemática das instituições de ensino superior públicas do Centro-Oeste brasileiro. Para tal propósito, foi utilizada uma abordagem qualitativa e os dados foram produzidos por meio de uma pesquisa documental com os projetos pedagógicos dos cursos das instituições estabelecidas no recorte geográfico. Ao longo do estudo, foram discutidas as questões étnico-raciais no contexto da Educação Matemática, estabelecendo um diálogo entre esses campos de pesquisa e as investigações curriculares. Os resultados indicam que quase todos os cursos de Licenciatura em Matemática da Região Centro-Oeste demarcam a necessidade de uma formação inicial docente alinhada com o estudo das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Educação Matemática. Educação das Relações Étnico-Raciais. Currículo. Formação de Professores.

Abstract: This research aims to investigate how discussions on ethnic-racial relations have been mobilized in pre-service training courses for mathematics teachers in the Brazilian Midwest. For this purpose, a qualitative approach was used and the data was produced through a documentary survey of the pedagogical projects of the courses at the institutions included in the research. Throughout the study, ethnic-racial issues were discussed in the context of mathematics education, establishing a dialog between these fields of research and curricular investigations. The results indicate that almost all pre-service mathematics degree courses in the Midwest Region demonstrate the need for initial teacher training in line with socio-political perspectives, particularly with ethnic-racial relations.

Keywords: Mathematics Education. Ethnic-Racial Relations Education. Curriculum. Teacher Training.

1 Introdução

O presente trabalho visa apresentar os resultados de uma dissertação de mestrado defendida no ano de 2024 no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática (PEMAT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa foi desenvolvida pelo primeiro autor sob a orientação do segundo. O projeto visou investigar a implementação da temática étnico-racial nos Projetos Pedagógicos de cursos (PPCs) presenciais de Licenciatura em Matemática das instituições de ensino superior (IES) públicas do Centro-Oeste brasileiro.

Como buscávamos reconhecer experiências em que o debate étnico-racial já se faz

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro • Rio de Janeiro, RJ — Brasil • ✉ swashingtonreis@gmail.com • ORCID [0000-0002-4590-7605](https://orcid.org/0000-0002-4590-7605).

² Universidade Federal do Rio de Janeiro • Rio de Janeiro, RJ — Brasil • ✉ cleberneto@gmail.com • ORCID [0000-0001-7801-8591](https://orcid.org/0000-0001-7801-8591).

presente na formação de docentes de matemática e sabendo que as pesquisas sobre Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na Educação Matemática precisam constantemente assumir uma posição de denúncia, apontando a ausência de um debate amplo sobre essas questões, a região Centro-Oeste se mostrou como a ideal para a realização da pesquisa, uma vez que a revisão de literatura já dava indícios que a inserção dessa temática nos documentos curriculares já era uma realidade nessa região.

Defendemos que se faz necessário um movimento de aprendizado e reflexão com as experiências institucionais que já incorporam componentes curriculares voltados para educação antirracista, de modo a inspirar e incentivar outras instituições a aderirem a essas práticas, que são deveres legais a serem cumpridos desde a orientação da Resolução nº 01/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Na esteira do objetivo geral especificado, buscamos (i) Identificar quantos e quais são os PPCs que apresentam em sua organização curricular pelo menos um componente curricular obrigatório e/ou eletivo que aborde questões étnico-raciais; (ii) Investigar se os textos dos PPCs abordam as questões étnico-raciais em seções que não sejam apenas a das ementas dos componentes curriculares; (iii) Identificar se as legislações antirracistas de currículo são inseridas nos textos dos PPCs como marcos legais orientadores desses cursos.

2 Referencial teórico

O marco teórico que orientou essa pesquisa perpassou pelos estudos étnico-raciais no contexto brasileiro (e.g. Almeida, 2019), assim como nos estudos concernentes a ERER (e.g. Gomes, 2012). Ademais, nos baseamos nas teorias de currículo (e.g. Arroyo, 2011; Lopes; Macedo, 2011) com suas potencialidades para compreensão dos mecanismos instituídos na construção de projetos curriculares imersos em relações de poder, assim como nas possibilidades subjetivas que emergem no percurso curricular e o desafia com vistas às indagações de cunho antirracista (Gomes, 2012).

Miguel Arroyo (2011) nos diz que os movimentos populares estão pressionando a escola em busca de representação nos currículos oficiais. Ao mesmo tempo, esses movimentos compreendem que a luta deve ser para além da educação, se espalhando por todas as esferas sociais. Nesse aspecto, a luta se dá por acesso aos bens materiais, simbólicos, culturais e memoriais. A partir disso, esses movimentos tensionam o currículo em prol da incorporação dos resultados desses esforços.

Portanto, os movimentos populares têm realizado um papel fundamental para tensionar

os currículos oficiais, interrogando seus traços etnocêntricos assim o racismo associado. Para Nilma Lino Gomes (2012, p. 107-108):

[...] a descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras, o currículo e a formação docente

Essa ruptura epistemológica e cultural a qual Gomes se refere é essencial para que o racismo estrutural (Almeida, 2019) seja compreendido em suas diferentes dimensões, sobretudo na institucional e estrutural, e assim seja paulatinamente questionado e desnaturalizado, sobretudo nos espaços que aqui mobilizamos, as instituições de ensino superior e da educação básica.

3 Caminho metodológico

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, realizamos uma busca pelos documentos curriculares dos cursos com os documentos disponíveis até o fim de 2023. Procuramos pelos Projetos Pedagógicos de Curso, que em algumas instituições podem ter outras denominações, como, por exemplo, Projeto Político Pedagógico de Curso. Em seguida, procedemos com uma análise documental.

Para a busca desses documentos, utilizamos os seguintes procedimentos: (i) Consulta às páginas eletrônicas dos cursos ou departamentos; (ii) Consulta ao portal *e-MEC*; (iii) Pesquisa na plataforma de busca *Google*.

De posse dos PPCs, iniciamos a etapa de produção e organização dos dados de interesse para a pesquisa, a saber: (i) identificação do estado/distrito; (ii) identificação da instituição; (iii) cidade do campus; (iv) turno do curso; e (v) ano de criação do curso junto ao ano da última reformulação do PPC.

Para a organização das informações que analisam o conteúdo dos PPCs acerca das questões étnico-raciais, com destaque para os componentes curriculares, elencamos as seguintes informações desejadas: (i) o texto do PPC cita as questões étnico-raciais? (ii) Há presença de componentes curriculares obrigatórios e/ou eletivos que contemplem as questões étnico-raciais? (iii) Caso sim para a última pergunta: quantas? Qual nome? Qual a carga horária? E (iv) O PPC cita a resolução CNE/CP nº 01/2004? As legislações nº 10.639/2003 e/ou nº 11.645/2008?

4 Análise e discussão

Iniciaremos essa discussão trazendo os dados que produzimos com a pesquisa. Nosso *corpus* foi constituído por PPCs de 16 IES públicas, sendo 4 Institutos Federais; 8 Universidades Federais, 3 Universidades Estaduais e 1 Universidade Distrital.

Analisamos 29 PPCs, sendo 3 de IES públicas do Distrito Federal, 7 de IES públicas do Estado de Goiás, 9 de IES públicas de Mato Grosso e 10 de IES públicas de Mato Grosso do Sul. Dos 29 PPCs, temos que o quantitativo de PPCs reformulados após a Resolução de 2015 é de 24, ou seja, aproximadamente 82,76%.

Já o número de PPCs que apresentam pelo menos um componente curricular obrigatório ou eletivo que contempla as questões étnico-raciais segundo sua ementa ou indicação do PPC é de 27, ou seja, aproximadamente 93,10%. Entretanto, os que apresentam componentes curriculares obrigatórios cai para 26, o que é aproximadamente 89,65%.

Dos 3 PPCs que não apresentam componentes curriculares obrigatórios que contemplam a temática aqui investigada, 2 tem PPCs com data anterior a Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015. Já os que apresentam, em geral sofreram atualizações posteriores à Resolução, o que nos leva a inferir que houve impacto nos currículos da formação docente de matemática nesse recorte investigado.

Ademais, podemos citar alguns destaques, como o fato de Goiás e Mato Grosso do Sul serem os Estados nos quais todos PPCs analisados possuem componentes curriculares obrigatórios que contemplam tópicos sobre relações étnico-raciais. O Estado de Mato Grosso também se destaca, uma vez que apenas um *campus* de uma instituição não possui componente curricular obrigatório que inclua a temática. Já no caso do Distrito Federal, apenas uma das três IES averiguadas possui componente curricular com o recorte aqui investigado.

Acreditamos que tais informações são animadoras considerando os limites documentais da pesquisa. Isto é, não sabemos como essas discussões são, ou não, delineadas na prática. Defendemos que as temáticas sociopolíticas precisam ser debatidas de forma transversal nos currículos dos cursos de Licenciatura, no entanto, sabemos que, considerando as disputas que a formação docente apresenta, tais interessantes por vezes soam como utopias, mas utopias necessárias para que continuemos resistindo em prol dessa causa.

Na nossa análise podemos observar algumas tendências em relação a inclusão do debate étnico-racial nos currículos. A primeira diz respeito aos PPCs que apresentam componentes curriculares obrigatórios e/ou eletivos que incluem a temática étnico-racial na ementa, assim

como apontam as questões étnico-raciais como necessárias para a formação docente. Isso ocorre em instituições como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Universidade Estadual de Goiás (UEG), dentre outras.

A segunda tendência diz respeito aos PPCs que não inserem as questões étnico-raciais no texto, mas há a presença de componentes curriculares obrigatórios e/ou eletivos que contêm a temática, é caso da Universidade do Distrito Federal (UnDF), Instituto Federal de Goiás (IFG) – *campus* Goiânia, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – *xampus* Pontal do Araguaia e Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – *campus* de Barra do Bugres e UNEMAT – *campus* Cáceres.

A terceira é o caso de quando as questões étnico-raciais não são inseridas na redação do PPC e não há presença de componentes curriculares obrigatórios e/ou eletivos. Se enquadram a Universidade de Brasília (UnB) e o Instituto Federal de Brasília (IFB).

A quarta tendência é a presença de componentes curriculares que inserem tópicos de estudos das questões étnico-raciais em componentes curriculares que tratam de Educação ou de Educação Matemática. Isto é, de modo geral, os componentes curriculares de estatística e matemática pura ficam de fora desse debate, a única exceção ocorre na Universidade Federal de Goiás (UFG), onde a temática étnico-racial foi inserida na ementa do componente curricular de Estatística I.

Por fim, outra tendência percebida foram os casos em que o PPC indica no texto que alguns componentes curriculares irão contemplar o debate étnico-racial, mas as ementas desses componentes não mencionam tais tópicos, nem há presença de bibliografia que indique a intencionalidade de incluir esse assunto nos debates. Tal caso ocorre no IFMT – *campus* Juína, Universidade Federal de Catalão (UFCAT), UFG e Universidade Federal de Jataí (UFJ).

5 Considerações

Com a análise dos PPCs, concluímos que apenas 6 dos 44 cursos não possuem componentes curriculares obrigatórios que contemplem as questões étnico-raciais em suas ementas. Desse quantitativo, 5 também não possuem componentes eletivos que contemplem esse debate. Portanto, aproximadamente 11,36% dos cursos presenciais de Licenciatura em Matemática das IES públicas da Região Centro-Oeste não estão implementando a Resolução nº 01/2004 do CNE, o que podemos considerar um resultado bastante interessante uma vez que temos uma grande maioria de cursos que têm componentes alinhados com o debate étnico-

racial.

Esse resultado é importante porque, ao menos no contexto dos projetos de cursos de Licenciatura em Matemática do Centro-Oeste, não podemos mais afirmar a inexistência de uma formação docente que paute o contexto étnico-racial. Isso nos leva para outros questionamentos e pesquisas, como, por exemplo, investigar de que modo esse debate tem ocorrido no cotidiano dos cursos e nos componentes curriculares indicados pelos PPCs como alinhados com a Resolução de 2004.

É notório que essa realidade não pode ser generalizada e o papel da literatura de pesquisa em cobrar uma formação para a diversidade e diferença ainda se faz absolutamente necessária, sobretudo quando entendemos que o currículo é um território em disputa e passa por constantes alterações. Ou seja, em um contexto político desfavorável para o debate da diferença, tais perspectivas curriculares podem ser colocadas em xeque.

Entretanto, defendemos uma Educação Matemática que se vincule às perspectivas sociopolíticas de forma ampla, portanto, incentivamos e pretendemos desenvolver pesquisas que tenha o caráter interseccional em seu escopo.

Como desdobramentos futuros dessa pesquisa, é natural que a ampliação para as demais regiões seja indicada. Contudo, algo primordial a ser apontado como desdobramento são as pesquisas empíricas associadas, dado que uma pesquisa documental apresenta muitas limitações às perguntas que desejamos fazer.

Ademais, esperamos que essa pesquisa possa incentivar ainda mais o movimento de pesquisadores que elegem as pautas sociopolíticas como causas legítimas e primordiais para a Educação Matemática. Que os resultados dessa investigação possam gerar reflexões outras acerca da temática étnico-racial na área, impulsionando assim a abertura de caminhos para novas reivindicações e resistência.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ARROYO, Miguel González. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.